



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2021 (Do Sr. Igor Timo)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República a recriação das forças-tarefas da Operação Lava Jato no âmbito do Ministério Público Federal.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

Nosso partido, o Podemos, tem prestado total e incondicional apoio à às instituições que combatem a corrupção, o crime organizado e a impunidade no Brasil. Entendemos que a Lava Jato desempenha papel fundamental na construção de um país mais ético e decente. A Lava Jato não só condenou 278 criminosos a 2.611 anos de prisão no total, mas também devolveu ao erário público o vultoso montante de R\$ 4,3 bilhões. Caso os acordos de colaboração premiada e de leniência prosperem, R\$ 15 bilhões desviados dos cofres públicos serão recuperados. O êxito dessa Operação deve-se em muito à implantação dos modelos das forças-tarefas, com dedicação exclusiva de trabalho dos Procuradores e com o apoio técnico necessário, exigência necessária diante de investigações tão complexas.

Mostra-se pertinente recordar que, em julho de 2020, a Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR emitiu Nota Pública sobre a atuação das forças-tarefas, em que se registra a relevância dessa forma de trabalho no Ministério Público Federal – MPF:

“As forças-tarefas se constituem em modelo internacional de sucesso nas grandes e complexas investigações realizadas e, por isso, vêm sendo utilizadas com bastante êxito no MPF nas últimas décadas. Servem ao enfrentamento da corrupção, da criminalidade organizada, bem como na defesa dos direitos humanos e do meio ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Esse trabalho é submetido à avaliação contínua da Corregedoria do MPF e também do Conselho Nacional do Ministério Público. Neste ano, aliás, houve correição em todas elas, não havendo sido identificado qualquer fato que autorize a desqualificação do trabalho por elas realizado e muito menos a imputação de pechas de ilegalidade e/ou clandestinidade em sua atuação.

No que concerne especificamente à Operação Lava-Jato, umas das maiores operações anticorrupção desenvolvidas no país, não custa enfatizar que, apesar dos trabalhos correicionais efetivados, nenhuma irregularidade restou identificada... A ANPR apoia, uma vez mais, publicamente, o trabalho realizado pelos membros do MPF com atuação nas forças-tarefas, incluindo a Lava-Jato”.

Não obstante o êxito das forças-tarefas no âmbito do MPF, verificam-se retrocessos no combate à corrupção em nosso país, que preocupam até mesmo a comunidade internacional. Em março deste ano, após decisão desta Procuradoria que pôs fim ao modelo de forças-tarefas da Lava Jato no âmbito do MPF, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE confirmou, em decisão inédita, a criação de um Grupo de Trabalho Anticorrupção, de caráter permanente, composto por membros dos Estados Unidos, da Itália e da Noruega, para monitorar a situação no Brasil. De acordo com a OCDE, uma das preocupações é justamente o fim “surpreendente da Lava Jato”.

Por sua vez, a organização não-governamental Transparência Internacional revela que o Brasil, com tão somente 38 pontos, ocupa a 94^o posição entre 180 países no ranking que mede o “Índice de Percepção da Corrupção 2020”. Conforme o estudo, notas abaixo de 50 pontos indicam níveis graves de corrupção. Convergindo para o mesmo diagnóstico, a Transparência Internacional, no relatório *Brazil: Setbacks in the Legal and Institutional Frameworks (2020 Update)*, “apresenta uma retrospectiva sobre os retrocessos na luta anticorrupção do país nos últimos doze meses, jogando luz sobre uma interferência política sobre os órgãos de controle”.

Somam-se a tudo isso as notícias veiculadas pela imprensa que informam as dificuldades enfrentadas por membros do MPF após a substituição das forças-tarefas da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lava Jato pelos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco. O jornal *O Globo*¹ alerta que os Gaeco carecem não só de Procuradores da República com dedicação exclusiva mas também de assessores jurídicos e administrativos, colocando em risco a apuração de crimes.

Levando em consideração todos esses fatos, sugerimos respeitosamente a Vossa Excelência a reconsideração da decisão de extinguir as forças-tarefas da Operação Lava Jato no âmbito do MPF. O trabalho exitoso das forças-tarefas, fundamentado na disponibilidade de recursos humanos e materiais compatíveis com a complexidade dos fatos averiguados, recomenda retomada desse modelo internacional de investigação até a responsabilização de todos os envolvidos no esquema de corrupção desmantelado pela Lava Jato.

Confiantes na sensibilidade de Vossa Excelência, esperamos o acatamento de nossa sugestão.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2021.

Deputado Federal Igor Timo
Líder do Podemos na Câmara dos Deputados
Podemos/MG

¹ O GLOBO. **Modelo que substitui a Lava-Jato opera de forma escassa**. 7 fev. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/modelo-que-substitui-lava-jato-opera-de-forma-escassa-24873049>>. Acesso em: 12 mar. 2021.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2021 (Do Sr. Igor Timo)

Solicita o encaminhamento de Indicação ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, sugerindo a recriação das forças-tarefas da Operação Lava Jato no âmbito do Ministério Público Federal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 113, caput, inciso I, e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o encaminhamento de Indicação ao Senhor Procurador-Geral da República, sugerindo a recriação das forças-tarefas da Operação Lava Jato no âmbito do Ministério Público Federal.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2021.

Deputado Federal Igor Timo
Líder do Podemos na Câmara dos Deputado
Podemos/MG